

"SUJEITOS DE SABER" E "OBJETOS DE OBSERVAÇÃO": CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LIMITES DA "AUTORIDADE" E DA "CONSAGRAÇÃO DISCURSIVA"

Rodolpho Rodrigues de Sá

RESUMO

Neste artigo, que é parte levemente alterada de um capítulo de minha dissertação de mestrado, procuro fazer uma reflexão, a partir de minha experiência de pesquisa, sobre a delicada relação entre “sujeitos de saber” (pesquisadores) e “objetos de observação” (pesquisados). A partir de algumas situações que considero específicas em minha pesquisa e produção textual, discuto os limites da “autoridade” e da “consagração discursiva” no “fazer antropológico”. Neste sentido, propõe-se relativizar o “lugar do pesquisador”, enfatizando principalmente as disputas pela autoridade discursiva que estão em jogo. Entende-se que o “pesquisador na consciência de si mesmo” é um dos principais elementos na prática de pesquisa em antropologia/em Ciências Humanas.

PALAVRAS-CHAVE

Pesquisador/pesquisado. Escolhas/sujeições. Proximidade/distanciament. Estar lá/estar aqui.

ABSTRACT

In this article, which is part lightly changed from one chapter of my master's paper, I wanted to make a reflexion, from my research experience, about the delicate relationship between the “subjects of knowledge” (researchers) and of the “objects of observation” (researcheds). From some situations that I consider specifics in my research and my texts production, I discuss the limits of the “authority” and of the “speech consecration” in the anthropologist making. In this perspective, I propose the question of the “researcher's place”, mainly emphasizing the competitions by the speech authority who are at stake. Understanding the “researcher in the conscience of himself” is one of the main elements in the practice of research in Anthropology/ Human Sciences.

KEYWORDS

Researcher/researched. Choices/liability. Proximity/distance. To be there/to be here.

1 Introdução

“La filosofía crítica kantiana ya ha señalado el problema de las relaciones entre los objetos de observación y el sujeto del saber” (SULLIVAN y RABINOW, 1982, p. 108).

“A sociologia deveria reafiar o seu gume de vanguarda, à medida que o neoliberalismo desaparece na amplidão, juntamente com a socialismo ortodoxo. Algumas perguntas para as quais novas respostas demonstraram-se necessárias são perenes, enquanto outras são surpreendentemente recentes. A busca por respostas às indagações de ambas as vertentes, tal como em outros tempos, requer uma boa dose do que C. Wright Mills chamou de imaginação sociológica, expressão que ganhou fama. Sociólogos, não se desesperem! Vocês ainda têm um mundo inteiro a conquistar ou, ao menos, a interpretar” (GIDDENS, 2001, p. 20, grifo nosso).

Início destacando estas duas citações por considerar que indicam dois pressupostos importantes da proposição deste trabalho: 1) que a discussão pretendida não é tão recente nas ciências humanas e 2) que a antropologia, enquanto disciplina cientificamente reconhecida, fundamenta-se bem mais pela forma de observar do que pelo que se observa.

Desenvolver uma reflexão que inquirira sobre o conhecimento oriundo da relação entre “sujeitos que observam” e “sujeitos

que são observados”¹ e a “autoridade” latente neste cenário levanta elementos que podem contribuir ao exercício do antropólogo, principalmente no que diz respeito às sujeições e escolhas da “vivência antropológica”². Reconhecer a legitimidade da autocrítica dessa vivência (percebê-la epistemologicamente) apresenta-se como um dos maiores desafios da antropologia atualmente.

Se, por um lado, parece importante, do ponto de vista de sua didática, segmentar a antropologia em escolas e fases distintas (às vezes apresentadas de modo quase incomunicáveis); por outro (mais pertinente para mim) pode-se considerá-la no interior de um círculo hermenêutico, que envolve “estratégias de autoridade” para consagrar determinados campos discursivos como mais legítimos.

Neste sentido, o que está em jogo é a pretensa “objetividade científica”³. Em “Sistemas Políticos da Alta Birmânia” (LEACH, 1996) já há indicativos dessa discussão, a qual já é reconhecida por Malinowski no início do século XX.

O momento histórico da descolonização testemunha “deslocamentos” de “objetos de pesquisa” e “sujeitos que observam”. Isso decorre da alteração do foco dos pesquisadores, que passam a desenvolver trabalhos sobre realidades mais “próximas”. Sem sombra de dúvidas, os “sujeitos” legitimados a “serem observados” pela antropologia passaram por mudanças.

1. A designação “sujeitos que observam” e “sujeitos que são observados” busca relativizar a comumente dicotomia ente o “eu” (ativo) e o “outro” (passivo), porém não pretende fazer apologia a uma pretensa simetria entre os sujeitos no “fazer antropológico”.

2. Trata-se, entre outros elementos, da construção do interesse de estudo, da iniciação do pesquisador, da operacionalidade do intento e dos limites e recursos da(na) textualização final.

3. Na discussão que traço neste artigo se perceberá que utilizo autores de diferentes abordagens teóricas, já que a temática assim exige. Pois, discutir “objetividade científica” requer disponibilizar um arsenal amplo de teóricos, já que todos em suas pesquisas discutem o tema.

À discussão que segue implica, até certa medida, reconhecer que os pares “objetividade”/“subjetividade” e “distanciamento”/“proximidade” são elementos constitutivos da cientificidade do “fazer antropológico” e de seu produto final, o texto.

Em meio a essas polaridades, cabe ao pesquisador refletir sobre a construção do saber em antropologia. A contextualização desse seu “sensível lugar” figura-se como enriquecedora para entender desde a *construção* de seus interesses⁴ até suas inferências sobre os *dados produzidos*.

Nesta discussão, que envolve “autoridade” e “poder” na relação pesquisador-pesquisado, não me limitarei a apenas autores denominados “contemporâneos”, mesmo considerando que após a segunda metade do século XX “antropólogos e nativos passaram a refletir as mudanças ocorridas nas relações políticas e econômicas entre os países dos quais tradicionalmente provinham uns e outros” (SILVA, 2000, p. 116)⁵. Assim, Geertz (2002, p. 172) chama a atenção para a especificidade desse contexto:

O fim do colonialismo alterou radicalmente a natureza da relação social entre os que perguntam e observam e os que são perguntados e observados. O declínio da confiança

em fatos brutos, procedimentos preestabelecidos e conhecimento descontextualizado no campo das ciências humanas e, a rigor, do saber especializado em geral, alteraram não menos essencialmente a concepção que têm os indagadores e observadores daquilo que estão tentando fazer.

Esse período é marcado também pela alteração de papéis, já que os denominados “nativos” passaram também a serem reconhecidos como pesquisadores. Desde então percebe-se uma busca constante para diluir a distância entre o “nós” (sujeitos que pesquisam) e o “eles” (sujeitos pesquisados), em um processo que chamo aqui de “qualificação de subjetividades”, no qual destaca-se a do pesquisador que, utilizando os termos de Geertz (2002, p. 170), teria uma “vida dividida”, passando por uma “situação de migrante” (BOURDIEU, 1998), que sendo (in)classificado tem que executar a denominada “dupla tarefa” (DAMATTA, 1978): transformar simultaneamente o exótico em familiar e o familiar em exótico.

A “vida dividida”, a “situação de migrante”⁶ e o exercício de familiarizar-se e distanciar-se possibilitam qualificar liminarmente o lugar do pesquisador. Expres-

4. Se esses interesses são construídos, depreende-se que são trazidos à existência. Quem traz? Utilizando os termos de Bourdieu (1989) pode-se afirmar que, num primeiro momento, na relação pesquisador-pesquisado temos uma relação de “poder”, na qual a “autoridade” do observador “produz a existência daquilo que enuncia” (p. 114), ou seja, produz “uma ‘realidade’ que, sendo em primeiro lugar, *representação*, depende tão profundamente do conhecimento e do reconhecimento” (p. 108) por e para quem é representado.

5. Saliento que é fundamental situar esse tipo de construção em um momento histórico de “descolonização”, fato que é fundamental para entender o pensamento social do período.

6. Percebido como “incômodo em todo lugar, e doravante tanto em sua sociedade de origem quanto em sua sociedade receptora, ele obriga a repensar completamente a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre o Estado e a Nação ou a nacionalidade. Presença ausente, ele nos obriga a questionar não só as reações de rejeição, que, ao considerar o Estado como uma expressão da Nação, justificam-se pretendendo fundar a cidadania na comunidade de língua e de cultura (quando não de “raça”), como também a “generosidade” assimilacionista, que, confiante em que o Estado, armado com a educação, saberá produzir a Nação, poderia dissimular um chauvinismo do universal” (BOURDIEU, 1998, p. 11).

sar na textualização os percursos vivenciados bio e academicamente pelo autor corrobora com o entendimento do trabalho em questão.

Se um dos elementos da pesquisa em antropologia é “ser afetado”, como coloca Favret-Saada (2005, p. 155), “não pude fazer outra coisa a não ser aceitar deixarme afetado pela feitiçaria”, faz-se necessário discutir a antropologia também, segundo alerta Geertz (2002, p. 171), “em termos morais, políticos e até epistemológicos” e “não apenas em termos de técnica de pesquisa”. Considera-se assim que este é mais um elemento que contribui na tentativa de qualificar o pesquisador diante de suas diversas fidelidades.

As ciências humanas vivem de mudanças, não apenas de “crises”. Na antropologia não é diferente. A maneira de percebê-la vem sofrendo questionamentos, evidenciados principalmente após meados do século XX⁷. Neste período, para Geertz (2002, p. 173), “um dos pressupostos em que se alicerçavam os escritos antropológicos, (...) – o de que seus objetos de estudo e seu público eram não apenas separáveis, mas estavam também moralmente desvinculados, e de que os primeiros deviam ser descritos, mas não convidados a se manifestar, e os últimos deviam ser informados, mas não implicados -, praticamente se desfez”.

É pertinente reconhecer a implicação dos pesquisadores em suas pesquisas como um importante elemento a ser desenvolvido, contribuindo - como afirma Giddens (2001) acerca da Sociologia - para perceber nossa disciplina de modo não tão rigida-

mente demarcado, definido ou circunscrito em seu “objeto”, mas sim numa maneira particular de observar o que considerar ser a realidade. Oliveira (2000, p. 19, grifos nossos) salienta que “seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido [também] pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade”. Sem pretender “superar o mestre” mas buscando através desse exercício reverenciar suas reflexões, modestamente proponho à citação o acréscimo do termo “também” à citação, por considerar que outros elementos também são relevantes, não apenas o “esquema conceitual da disciplina formadora”, mas a maneira como esse “esquema conceitual” é apreendido e operacionalizado.

2 “Pintando objetos” e reconhecendo dívidas: “escolhas” e “sujeições” em “campos de consagração”

“o sociólogo neste percurso [de construção do ‘objeto de estudo’] poderia tornar sua a fórmula de Flaubert: ‘pintar bem o mediocre’” (BOURDIEU, 1989, p. 20).

Disponibilizar ao leitor referenciais que contextualizem o pesquisador e sua pesquisa são essenciais. Sendo assim, destaco que minha iniciação nas discussões sobre as sociedades indígenas teve como ponto chave a disciplina “Questão Indígena” que fiz durante minha graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão. Meu interesse pelas questões que envolvem “índios” e “não-índios” também

7. Segundo Marcus (1994, p. 9) “as críticas às tradições disciplinares (especialmente na sua tendência, após a Segunda guerra Mundial, de privilegiar e tentar reproduzir as realizações das ciências naturais) já estavam a caminho antes que o espectro do pós-modernismo surgisse em âmbito generalizado no início dos anos 80”.

pode ser percebido como decorrente da minha vivência antes da graduação na cidade de Barra do Corda, já que sou nativo deste lugar. Esta cidade é conhecida por ser o palco de intensos contatos com populações indígenas, mas precisamente com os Tene-tehara-Guajajara, Apanjêkra-Kanela e Ramkokamekrá-Kanela.

Desde a graduação, minhas preocupações dizem respeito à saída de “índios” para estudar fora da aldeia, o que pode ter sido despertador pelas situações escolares em que dividia salas de aula com “índios” ainda em Barra do Corda – MA.

Na graduação tentei compreender as relações interétnicas nas escolas em Barra do Corda, abordando as diferentes sociedades indígenas que por lá transitam. Todavia, foram importantes por terem possibilitado a construção de um panorama geral da situação de migração e a conseqüente definição do interesse de pesquisa. No trabalho de mestrado procurei compreender como os Ramkokamekrá-Kanela significam suas experiências na (da)cidade. A aproximação com esta população indígena se intensificou em 2003, quando fiz minha primeira viagem à sua aldeia, Aldeia Escalvado. Neste momento acompanhava um outro pesquisador (Jonathon da Silva Junior) que desenvolvia sobre as relações entre estes “índios” e os sertanejos da região. Desde então, meu interesse se intensificou na temática dos “índios” diante da situação de contato interétnico.

Expôr de maneira sintética algumas de minhas preocupações servirão de base para desenvolver no tópico seguinte os elementos que considero importantes para situar minhas escolhas/sujeições durante parte de meu percurso acadêmico.

É importante atentar que o interesse de estudo está em constantes alterações, que

implicam em desafios a serem superados. Acerca desse processo, Bourdieu (1989, p. 26-27) afirma:

A construção do objeto – pelo menos na minha experiência de investigador – não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efectua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas.

Percebe-se que a primeira dificuldade é a própria construção do “objeto”. Situar o “lugar do pesquisador” pode denunciar uma outra dimensão não tão evidente: a importância das subjetividades no “fazer antropológico”. Silva (2000, p. 29) não me deixa à deriva nessas preocupações, afirmando que a experiência do pesquisador é duplamente influenciada, principalmente quando este pertence “ao universo do terreiro e da academia”. Esta reflexão é pertinente para caracterizar minha situação enquanto acadêmico nativo de Barra do Corda e que desenvolve pesquisas referentes a “índios” que migram da aldeia para esta cidade.

“Localizar o pesquisador” é fundamental para entender a sua construção particular, as dificuldades e os resultados da investigação. Ter consciência de quem, de onde, o porquê, como (o modo), e para quem o pesquisador fala serve para des-trinchar armadilhas que consciente ou inconscientemente ele relega. Atento aqui para a importância da dimensão biográfica

no “fazer etnográfico”, visto que, a *trajetória do pesquisador, suas opções teóricas e o contexto histórico-sociológico da pesquisa* têm influência sobre escolhas, encaminhamentos, discussões e conclusões acerca do que observa. Como já assinalou Mariza Peirano, “hoje sabemos que a pesquisa depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas presentes na disciplina, do contexto sócio-histórico mais amplo e, não menos das imprevisíveis situações que se configuram entre pesquisador e pesquisado no dia a dia da pesquisa” (PEIRANO, 1995, p. 137).

Minha dissertação de mestrado teve por objetivo analisar a situação de estudantes indígenas Ramkokamekrá-Kanela que migram para estudar em Barra do Corda - MA) e o significado desse processo. Esta modalidade de investigação etnológica ganha fôlego na medida em que as pretensões antropológicas são deslocadas das tradicionais circunscrições das aldeias distantes para campos mais próximos ao pesquisador.

A sociedade indígena que pesquisei é classificada na família Timbira e habita atualmente os cerrados do centro maranhense. O contato desses indígenas com a população não-indígena remonta à 1835. Há um contexto de contato interétnico de mais de 150 anos, o qual mesmo contendo toda uma pressão assimilacionista é caracterizado também como de constante resistência dessa sociedade indígena.

A literatura etnográfica referente aos “Ramkokamekrá-Kanela” é extensa. Encontram-se trabalhos de Ninmuendajú

(s/d), Azanha (1984), Crocker (1990), Ribeiro (2002), Folhes (2004), Silva Junior (2006), Macena (2007), entre outros⁸. Fundamentei minha pesquisa também pelo fato de nenhum destes trabalhos contemplarem, especificamente, a migração indígena para a cidade e a forma como estes indígenas significam esse processo. Geralmente essa situação aparece de forma residual.

Para minha discussão neste artigo, desataco as seguintes questões: sendo eu de Barra do Corda, que implicações tal vivência teria em minha pesquisa, em minhas escolhas e em minhas construções? No processo de pesquisa quem manipula e quem é manipulado? É pertinente considerar o jogo relacional do contexto de pesquisa em termos tão dicotomizados? Que desafios são estabelecidos nas relações pesquisador-pesquisado?

É importante, como sugere Mauss *apud* Bourdieu (2001, grifo meu), perceber que nas relações pesquisador-pesquisado existem arbitrariedades, que são manifestadas de diversas formas. Assim se expressa:

[...] tem na verdade um atributo essencial: seja um símbolo, uma palavra, um instrumento, uma instituição; seja mesmo uma língua, e até a ciência mais bem feita; seja ele o instrumento mais bem adaptado aos melhores e mais numerosos fins, seja ele o mais racional possível, o mais humano, ele é ainda arbitrário.

Refletir sobre essa “arbitrariedade”, que tem relação direta com a “autoridade” presente no “fazer antropológico”, faz-se fun-

8. Dentre os citados destacamos o antropólogo Crocker, que pesquisa os Ramkokamekrá-Kanela desde 1957, Curt Ninmuendajú que atuou como etnólogo na região desse povo na primeira metade do século XX e Paula Ribeiro, que colheu, por volta de 1878 informações sobre os que hoje são reconhecidos como “Ramkokamekrá-Kanela”.

damental. Para tanto, parti da seguinte questão: porquê diante de várias possibilidades no campo das ciências sociais, minha “escolha” foi desenvolver pesquisas com sociedades indígenas, em Barra do Corda e na área da educação escolar?

Reconheço que iniciar uma argumentação com uma pergunta cria expectativas que posso não satisfazer a contento. No entanto, fazendo eco às palavras de Evans-Pritchard (2005, p. 243), “na ciência, como na vida, só se acha o que se procura”. Depreende-se daí que “interesses de estudo” não “caem no colo” ou são impostos “guelá abaixo”, mas são construídos por sujeitos que, consciente ou inconscientemente, procuram, através destes, responder determinadas questões, considerando a operacionalidade de sua empreitada e seus desejos específicos.

Levando em conta que o autor não domina absolutamente todas as etapas de suas pesquisas (CLIFFORD, 2002), mas que também não é dominado absolutamente por fatores exógenos em seu fazer e em suas escolhas, têm-se que perguntar como a investigação adquire sentido para os sujeitos envolvidos, inclusive para o pesquisador? Além disso, inquire-se: como trazer para o texto final, de forma clara, os processos que contribuem para dar sentido, para si e para os outros, a determinado interesse de investigação? Sem pretender dar respostas definitivas, vejo que a manifestação de “estratégias de autoridade” é o elemento singular desse processo de consagração, que se consolida através da pertinência/relevância do trabalho.

Os interesses de estudo se enquadram num rol de escolhas conscientes a partir de pré-determinações que ultrapassam a intencionalidade e o controle pessoal. A consciência das escolhas não significa um domínio absoluto dos atos e das inumeráveis variáveis que a pesquisa de campo acrescenta à nossas “pré-noções”. Minha experiência indica que ao pesquisador cabe, no entanto, diante de certas possibilidades, limitações e interesses acadêmicos, pessoais e logísticos, a escolha sobre o que pesquisar.

Ao tratar de “redes de significados”, Silva (2000) traz alguns exemplos sobre a relação entre pesquisadores (de níveis graduais diferentes), a qual põe limites e abre possibilidades de pesquisa. Tal reflexão parece oportuna por assemelhar-se a meu processo de aproximação da questão da educação escolar para “índios”. Silva (2000, p. 28) ao comenta como certos intelectuais contribuíram para sua pesquisa faz lembrar das conversas que tive com minha orientadora da graduação, e que certamente tiveram influência em minhas escolhas. Passamos a discutir alguns eventos singulares.

3 “Pesquisando em casa” e “refletindo na rua”: pré-noções, situação liminar, relativização e autoridade

Um episódio que aconteceu em 2007 (31 de outubro), durante a aula de Metodologia do Ensino Superior (Programa de Pós-Graduação em Educação – UFRN) parece clarificar bem nossas preocupações⁹. Em meio a uma discussão acerca da política universitária de distribuição de recur-

9. Já era aluno do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGAS/UFRN.

sos assumi uma postura que gerou um certo mal-estar na sala de aula, principalmente em outro colega que afirmou: “tu só se posiciona assim porque tem dinheiro pra fazer tuas pesquisas”¹⁰.

Qual a relevância desse acontecimento? Não pretendo discutir aqui a política de distribuição de recursos na Universidade, procuro simplesmente apontar que essa situação me conduziu a uma reflexão sobre minhas escolhas, sujeições e dilemas no processo de “iniciação” ao “fazer antropológico”.

Um dos aspectos que considero fundamental nas escolhas de pesquisa é a sua operacionalização, pois mesmo que um “objeto de pesquisa” seja [considerado] bem intencionado, este poderá se deparar com limites formais para sua execução. Por assinalar a pertinência desta linha de raciocínio coadunamos com a afirmação que diz: “field sites thus end up being defined by the crosshatched intersection of visa and clearance procedures, the interests of funding agencies, and intellectual debates within the discipline and its subfields” (GUPTA; FERGUSON, 1997, p. 11).

As escolhas do pesquisador ultrapassam a sua pretensa autonomia intencional. Logicamente pode ser mais viável pesquisar em sua terra natal, mas também por interesses pessoais, e pelas preocupações legitimamente reconhecidas (e aceitas) pelas universidades e órgãos de fomento.

Um primeiro esclarecimento (e reconhecimento) a ser feito é que residi em Barra do Corda - MA e mantive contatos diretos e constantes com “índios” durante meus primeiros dezoito anos de vida. Na região de Barra do Corda encontram-se sujeitos indígenas classificados, na cidade, como “Guajajara” e “Kanela”¹¹, os quais mantêm contatos diretos e diferenciados com os regionais não-indígenas. Apesar de haver um histórico diferenciado de contato, estas sociedades indígenas¹² são, geralmente, tratadas a partir da categoria genérica “índios”, que carrega qualificações pejorativas e depreciadoras¹³.

Ao ingressar no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, em 2002, sem muita certeza do que era “antropologia”, “sociologia” ou “ciência política”, interessei-me pela disciplina “Questão Indígena”¹⁴, oferecida como eletiva no período 2002.2. Minha participação obedecia a uma busca de confirmar cientificamente as “pré-noções cordinas” que ainda vivenciava com afinco.

As discussões da disciplina voltavam-se para a questão da diversidade e respeito à diferença e a relação entre sociedades indígenas e o Estado, ou seja, tratava-se de uma reflexão sobre essa interação. Este foi o momento no qual comecei a experimentar aquilo que Bourdieu (1989) denomina de “conversão do olhar”.

10. Minhas condições materiais e logísticas, já que era bolsista CAPES, de fazer pesquisa não estão em questão, mas sim o conteúdo da afirmação e as reflexões que pode propiciar.

11. Os termos *Guajajara* e *Kanela* são utilizados pelos regionais para designar, respectivamente, os Tenehara e os Apanjekra e Ramkokamekra. Coelho (2002, p. 102) afirma que “tem sido um hábito dos brasileiros de designar os índios com os quais entram em contato à revelia de suas autodenominações”.

12. O contato dos Tenehara/Gujajajara com os não-índios remete a cerca de 400 anos (COELHO, 2002).

13. São acionados os seguintes sinônimos: “preguiçosos”, “maconheiros”, “comedores de sapo”, entre outros.

14. Ministrada pela Prof^a. Dr^a. Elisabeth Maria Beserra Coelho.

Entre “relativizar” e eleger um interesse de estudo há uma significativa distância. Como iniciei a argüição utilizando um acontecimento que traz à tona a questão de recursos para pesquisas, é imprescindível trazer ao conhecimento três etapas de pesquisa que desenvolvi com bolsista CNPQ/PIBIC. Etapas e objetivos que foram também influenciados pelas discussões do grupo de pesquisa, onde pude definir melhor as questões que congregavam meu “interesse pessoal” e aqueles que eram “socialmente relevantes”, “dignas de bolsas de estudo” ou de “fé acadêmica”.

Inicialmente resolvi (ou resolvemos?) fazer uma investigação das relações do Estado com as sociedades indígenas desde os primeiros tempos de contato, tendo por base a questão da educação escolar, de modo a favorecer a compreensão da forma como essas relações se dão no Estado do Maranhão. Posteriormente o objetivo pareceu mais modesto, pois era compreender essas relações, mas simplesmente através da atuação do órgão de educação de Barra do Corda. Na última etapa iniciei a pesquisa que originou minha monografia e parte de minha dissertação.

Percebe-se que alguns termos são recorrentes nesse percurso: “índios”, educação escolar, deslocamento aldeia-cidade, Barra do Corda. Ter a mãe professora e envolvida constantemente com a questão educacional em Barra do Corda em geral, certamente contribuiu para tal direcionamento. Apreende-se aqui que no processo de escolhas e sujeições resta ao pesquisador certa liberdade em tentar facilitar (tornar operacionalizável) seu trabalho, o que nem sempre se efetiva como desejado.

Certas escolhas foram então bastante “intencionais”, pois foram influenciadas por uma avaliação positiva do contexto logístico: morei em Barra do Corda e tenho familiares diretamente relacionados à educação escolar nesta cidade. Mas por outro lado não tinha proximidade com os profissionais dos Núcleos da FUNAI que atuavam (e atuam) no campo indigenista desta cidade, o que as vezes dificultou minha entrada nas aldeias. Esta situação é exemplificada em uma ocasião em que, diante de fofocas e brigas “inter-institucionais”, foi-me negada a permissão para ir à Aldeia Escalvado¹⁵.

Nesse processo de investigação percebi que o que considerava uma “facilitação” à pesquisa, em muitos momentos constituiu-se em obstáculo. O fato da pesquisa ser realizada no local onde vivi muitos anos dificultou, em parte, a obtenção de algumas informações junto aos gestores devido à familiaridade com que era tratado. Neste caso, um dos elementos que se colocam (ou deveriam se colocados) em meu “fazer antropológico” é uma constante tentativa de distanciamento.

Essa discussão leva-me a momentos anteriores em que, ainda enquanto aluno não-índio que estudava em Barra do Corda e dividia salas de aula com “índios”, os preconceitos e discriminações frente aos sujeitos indígenas figuravam-se como “normais” e “naturais”. Diante disso, não é exagero considerar que minha pesquisa às vezes confundir-se com minha própria vida, enquanto pesquisador e nativo não-indígena de Barra do Corda. Mas há um adendo significativo a ser considerado: sou “legitimamente reconhecido” como alguém que é universitário/acadêmico em Antro-

15. Esta situação foi resolvida “por acaso” e quando eu já era estudante do PPGAS/UFRN.

pologia e que, pelo menos em teoria, deveria estar embasado nos princípios relativistas formadores da disciplina.

Tem-se assim, a meu ver, um cenário propício para refletir sobre essa atuação singular de pesquisador, onde se deparam fidelidades e lealdades contrastantes, mas não excludentes, que adentram relações, discursos e produções textuais, caracterizando a “liminaridade” vivenciada pelo antropólogo. Situação liminar esta entendida positivamente, pois como afirma Da-Matta (2000, p. 14, grifo nosso):

[...] em muitos sistemas relacionais [o fazer antropológico, por exemplo], ficar só é estar disponível para dialogar com fantasmas e monstros. Isolar-se é obrigatório e legítimo somente para buscar o contato com seres poderosos e letais – (...) –, ou passar por ordálios, sofrer dor física, ter as orelhas ou lábios furados, ser circuncidado, jejuar, ficar acordado, decorar textos etc., situações nas quais a sociedade [e os valores dela] penetra o corpo dos novíços, marcando e como se dissolvendo suas pessoas, seus órgãos genitais, ca-beça, cabelos, braços, lábios e orelhas.

Ao entender que “quem escreve, sobre o quê, e para quem, são os principais elementos de uma etnografia que considere os aspectos visíveis e invisíveis do trabalho antropológico e seu papel de crítica cultural” (SILVA, 2000, p. 183), faz-se necessário evidenciar situações que podem ser entendidas como exemplares para a reflexão da liminaridade inerente ao pesquisador. Atento que a liminaridade refere-se ao reconhecimento de estar imerso

a, no mínimo, duas lealdades; no meu caso, ser acadêmico em antropologia e nativo de Barra do Corda, o que evidenciaria, utilizando os termos Herzfeld (2001 apud GOLDMAN, 2003, p. 468), uma das características da antropologia, a “investigação daquilo que é marginal”.

Para uma melhor compreensão da discussão optei por mencionar três situações importantes: 01) os debates informais com cidadãos de Barra do Corda, 02) a troca (in)consciente ocorrida no texto monográfico e 03) o assalto que sofreu na BR 226¹⁶.

Diversas vezes, em conversas informais com cidadãos de Barra do Corda, eu assumi um posicionamento de defesa (extrema) dos “índios”, visto estar, no momento, vivenciando um processo de encantamento com questões referentes ao relativismo, diversidade, cultura etc, o que resultava em interrogações do tipo: “tu não é mais de Barra do Corda?” ou “esqueceu que os índios ficam fechando a BR 226 sem motivos?”.

Ao elaborar o texto monográfico na graduação deparei-me como algumas designações “trocadas”, nas quais substituí o termo “indígenas” de “línguas” e de “sociedades” por “indignas”, ficando “línguas indignas” e “sociedades indignas”.

O dilema de ser “nativo de Barra do Corda” e fazer pesquisas junto a sociedades indígenas ficou evidente no acontecimento que consistiu em um assalto que sofreu em junho de 2006. Este envolveu “índios” como algozes e contribuiu para uma reflexão sobre “risco” dessa situação marginal. Segue a reprodução na íntegra de minhas primeiras impressões¹⁷:

16. Estrada Federal que perpassa o Maranhão. O trecho do acontecimento refere-se a parte do percurso que fica próximo da Área Indígena Cana Brava Guajajara.

17. Parte dessa discussão foi apresentada durante a realização da X ABANNE, que ocorreu em Aracajú-Sergipe, no GT 14 que teve como proposta discutir o “risco” inerente ao “fazer antropológico”.

No dia 10 de junho de 2006 (por volta de 20:00 h), na viagem que fiz de Carolina para Barra do Corda, aproveitei para fazer algumas anotações sobre o que observava no trecho do percurso em que o ônibus passou pela Terra Indígena Cana Brava. Observei que uma das famílias de índios estava reunida ao redor de uma fogueira, do lado de fora da casa, enquanto assistiam TV, a qual estava dentro da casa, colocada de modo a sua imagem poder ser vista pela janela. Além de ver em outra casa redes postas fora das casas (de alvenaria). Ao sair da área indígena (em Santa Maria), enquanto lia *Relativizando* (DAMATTA, 1987) fui surpreendido com o anúncio do assalto. Estava sendo vítima, assim como as demais pessoas do ônibus de um assalto. Este foi efetuado por, provavelmente, três indígenas que pediram parada ao ônibus ainda quando este estava no interior da área indígena. O assalto foi efetuado logo que saímos (o ônibus) da área indígena (próximo de Santa Maria – povoado – estava ocorrendo uma festa). Pareciam ladrões inexperientes (não mandaram acender as luzes, utilização de apenas armas rústicas: duas garrunchas e um facão). O que originou os seguintes comentários, por parte de alguns dos passageiros, após a descida dos assaltantes: ‘a sorte é que eram índios bestas, mas foi bom, agora sabem do que esse povo é capaz’; ‘todo dinheiro aqui é suado, porque eles não vão trabalhar?’; eles não gostam de

trabalhar’; eles tem uma fala feia’; ‘não pode parar pra levar índio’; ‘vai ver que tem um outro índio (pessoa) esperando eles com nosso dinheiro’; ‘temos que viajar armados’; ‘eles (os assaltantes) pareciam até gente, estavam vestidos do jeito de branco.

No momento compartilhei dos comentários preconceituosos, afinal tratava-se de uma situação extrema. Ter armas apontadas para sua cabeça coloca em causa a atuação de qualquer pesquisador, por mais relativista que possa tentar ser. Imagine se esse pesquisador foi “formado”, durante a maior parte da sua vida, por um *habitus* (cordino) que advoga a imagem de que os “índios não prestam, são vagabundos, sujeitos, indignos, só dão problema, e que todos devem ser extintos (fisicamente)”.

O cenário interpretativo que venho apresentando indica que há horizontes perceptivos distintos, mas em relação (harmoniosa ou não): o “eu” antropólogo e o “eu” nativo. Esta situação nutre a discussão, pois ao reconhecer que existem limites/obstáculos e ao pô-los em causa, os deslocamos da categoria de “meros dados naturais” a de “problemas epistemologicamente relevantes”. Considero que, enquanto elemento constitutivo da produção científica em Antropologia, demonstrar situações que evidenciam a dimensão subjetiva do pesquisador é fundamental¹⁸. A subjetividade do pesquisador

18. Evans-Pritchard (2005, p. 244) afirma que “..., pode-se dizer que, desde que nosso objeto de estudo são os seres humanos, tal estudo envolve toda a nossa personalidade – cabeça e coração; e que, assim, tudo aquilo que moldou essa personalidade está envolvido, não só a formação acadêmica: sexo, idade, classe social, nacionalidade, família, escola, igreja, amigos e assim por diante. Sublinho com isso que o que se traz de um estudo de campo depende muito daquilo que se levou para ele. Essa pelo menos foi minha experiência, tanto no que diz respeito às minhas próprias pesquisas, quanto do que pude concluir das de meus colegas”.

enquanto elemento de reflexão (auto-reflexão) contribui para a “objetivação”¹⁹ dos argumentos sobre o fenômeno estudado.

A tomada de consciência dessa influência levou-me a refletir sobre o que considero um “duplo risco” no “fazer antropológico”, pois se já existe a dificuldade de comunicação efetiva²⁰ entre pesquisadores (“não-índios”) e pesquisados (“índios”), devido está em cena campos semânticos diferentes, também há o fato de que, enquanto sujeito que viveu em Barra do Corda, poderia (eu) tender a assumir um posicionamento X em detrimento de um Y. Aqui a questão não é de “assumir posição”, mas sim de tornar inteligíveis os vários elementos que compõem a sua produção. A dificuldade deste processo está no fato de sermos todos fieis a determinadas lealdades. Como afirma Wolf citado por Oliveira (2001, p. 250), “somos todos iguais sob a pele, é a mensagem do humanista; [...] Mas o perigo de dissolver lealdades paroquiais é que sem elas o homem não pode viver”. Na textualização, assim como as demais etapas da pesquisa, o antropólogo não se despe de seus valores e subjetividades. Lê-se em Silva (2000, p. 183, grifo nosso) que:

O texto etnográfico, como representação do campo e das relações que nele se dão, pode ser, portanto, menos o resultado “final” de uma pesquisa, e mais um meio para a melhor compreensão dos valores do outro, considerando o fato de que estes valores são interpretados por alguém que também não se despe de seus próprios valores e subjetividades,

e fala para terceiros, desconhecidos, de modo generalizante, ainda que “cuidadosamente.

O dilema entre lealdades, como coloca Evans-Pritchard (2005, p. 246), torna o pesquisador, “ao menos temporariamente, uma espécie de indivíduo duplamente marginal, alienado de dois mundos”. Observa-se certa ênfase nessa situação angustiante, tida como elemento fundamental da reflexividade antropológica.

De qualquer forma não se pode esquecer do *a priori* fundamental da ciência antropológica, que é a importância dada à etnografia (diários de campo), que nos termos de Malinowski (1978, p. 18) pode ser entendida como “ciência em que o relato honesto de todos os dados é talvez ainda mais necessário que em outras ciências”. Neste caso a honestidade não se refere à fidelidade obsoleta ou reprodução, por isso o situar-se do autor na investigação, como recurso metodológico, não diminui a importância da etnografia, já que o problema não estaria necessariamente no ato de fazê-la (descrevê-la), mas sim na maneira como o autor expressa ou não no texto as suas “condições de criação” (GEERTZ, 1978).

Mesmo abrangendo dimensões que envolvem “subjetividades” e “historicidades”, as próprias “condições de criação” da etnografia são (ou podem ser) evidenciadas através desta. Ao evidenciar as diversas dimensões que envolvem a relação pesquisador-pesquisado na textualização nos aproximamos do que Geertz (1978) chamou de “descrição densa”²¹.

19. Sobre “objetivação” Bourdieu (2006, p. 193) afirma que “garante a permanência e a cumulatividade das aquisições, tanto materiais como simbólicas, que podem assim subsistir nas instituições sem que os agentes precisem recriá-las, de forma contínua e integral, por uma ação expressa (...).

20. Ver Oliveira (2001, p. 245 – 252).

21. A noção é tomada por Geertz de Gilbert Ryle. Ver Geertz (1978, p. 15).

As discussões que trazem as “subjetividades” e as “historicidades” como elemento de investigação não são recentes. Mesmo num contexto de institucionalização da antropologia como ciência, no qual exigia-se que esta se portasse “neutra” e objetivamente²², já haviam apontamentos da inerente subjetividade e tribulações do cientista. Lê-se em Malinowski (1978, p. 18, grifo nosso):

Na etnografia, o autor é, ao mesmo tempo, o seu próprio cronista e historiador; suas fontes de informação são, indubitavelmente, bastante acessíveis, mas também extremamente enganosas e complexas; não estão incorporadas a documentos materiais fixos, mas sim ao comportamento e memória de seres humanos. Na etnografia, é freqüentemente imensa a distância entre a apresentação final dos resultados da pesquisa e o material bruto das informações coletadas pelo pesquisador através de suas próprias observações, das asserções dos nativos, do caleidoscópio da vida tribal. O etnógrafo tem que percorrer esta distancia longa dos anos laboriosos que transcorrem desde o momento em que pela primeira vez pisa numa praia nativa e faz as primeiras tentativas no sentido de comunicar-se com os habitantes da região, até à fase final dos seus estudos, quando redige a versão definitiva dos resultados obtidos. Uma breve apresentação acerca das tribulações de um etnógrafo – as mesmas por que passei – pode trazer mais luz à questão do que qualquer argumentação muito longa e abstrata.

Silva (2000, p. 115) coloca que “comparando os Argonautas com o Diário²³, percebe-se como a relação de campo não está isenta de conflito, relações de poder e dominação não totalmente reveladas pelo texto etnográfico”. Ora, a revelação dessas dimensões no texto escrito varia em grau, porém não em natureza, pois há, necessariamente, hierarquias e “autoridades” em busca de legitimação constante.

A citação que segue demonstra que alguns elementos classificados na contemporaneidade, como “levar em consideração as subjetividades do pesquisador”, já haviam sido observados em obras classificadas como pertencentes à fase clássica da antropologia do início do século XX. Silva (2000, p. 117) coloca:

As dificuldades de aproximação, a construção do tema de pesquisa durante o trabalho de campo, as implicações dos sentimentos e da condição de classe, gênero e etnia no tipo de diálogo que se travou com os “informantes”, o envolvimento de múltiplos planos que a intimidade com o cotidiano das pessoas acarreta, enfim, as várias encruzilhadas pelas quais passam os antropólogos e seus interlocutores no campo, continuam sendo, desde Malinowski até nossos dias, elementos imprescindíveis para a compreensão do tipo de representações etnográficas que os antropólogos constroem a partir de suas experiências de pesquisa.

Observa-se que o mito do “pesquisador fantasma”, despido de seus afetos e desa-

22. Ver Gupta e Ferguson (1997).

23. Em “Um Diário no Sentido Estrito do Termo” (MALINOWSKI, 1997), obra póstuma, Malinowski chama seus “informantes” muitas vezes de “insolentes”, “atrevidos”, “brutos”, “estúpidos” e “selvagens neolíticos”.

fetos, não é condizente com nenhuma situação de investigação antropológica. A subjetividade do pesquisador é inerente a qualquer pesquisa, em qualquer época, e o simples (que não é tão simples) (auto)reconhecimento desta especificidade deve ser considerado de fundamental importância.

Ao elaborar o texto final, ao “estar aqui” nos termos de Geertz (2002), associam-se “estratégias de autoridade” conduzidas por “jogos de linguagem”, nem sempre conscientes, mas que buscam imprimir sentido ao conteúdo. Nesses “jogos” é importante evidenciar alguns elementos constitutivos daquele que fala/escreve. Cardoso de Oliveira (2000, p. 66) afirma que se “as condições do trabalho de gabinete” já são por si problemáticas por envolver a “dinâmica dos jogos de linguagem, próprios de nossa disciplina e das congêneres”, não podemos furtar-nos de uma “atitude crítica, ou melhor, autocrítica”. Nesse sentido, através da contextualização reflexiva sobre o interesse de estudo, poderíamos evidenciar, no campo do “jogos”, as “estratégias de autoridade” em suas diferentes formas de manifestação.

Clifford (2002), ao discutir sobre a “autoridade etnográfica” do pesquisador, problematiza a influência que os “sujeitos que são observados” tem sobre o pesquisador/autor e o não controle total deste sobre os (seus) dados. Não discordo que tal influência possa proceder, porém é importante atentar que quem faz a seleção desse “outro”, potencialmente influente, é o próprio pesquisador, mediante relações construídas (com) e dos (re)conhecimentos dos “sujeitos que são observados”, alguns dos quais considerados “dignos de fé”. Assim, o autor mesmo sendo influenciado, conserva/mantém ou tenta conservar/manter certo “controle” e “autoridade” sobre o dito,

pois, diferentemente da autoridade potencialmente exercida por seus “interlocutores”, é ele que, na textualização final, fará a seleção que imprimirá um certo sentido (particular) ao texto e sua conseqüente inteligibilidade.

É difícil negar (ou ao menos desejar) que a dialogicidade, a polifonia, as textualizações difusas e outros elementos estão presentes no “fazer antropológico”. Clifford (2002, p. 54) diz inclusive que “se a etnografia é parte do que Roy Wagner (1980) chama de ‘a invenção da cultura’, sua atividade é plural e além do controle de qualquer indivíduo”. Cabe enfatizar que o autor em questão problematiza um pretenso controle absoluto (“autoritarismo”) do pesquisador sobre o “fazer antropológico” e não a sua “autoridade”, visto que sem certa dose dessa “autoridade” dificilmente seria possível dar sentido a elementos que para determinados públicos, inclusive para o próprio autor, são por vezes ininteligíveis. Como afirma Maligheti (2007, p. 27–28):

O etnógrafo não pode renunciar a própria autoridade, que inexoravelmente se manifesta e lhe funda a função de autor. Por mais que procure substituir o monólogo pelo diálogo, seu discurso permanece assimétrico. [...] No plano do discurso antropológico, a relação etnógrafo-nativo e inevitavelmente hierárquica. [...] Produzir uma etnografia requer decisões sobre o que dizer e como dizer-lo, as quais são influenciadas pelos interlocutores a quem nos dirigimos. [...] A etnografia se funda necessariamente sobre uma hierarquia discursiva e sobre a dominação “epistemológica” e escritural do Outro. Por isso, é sempre desequilibrada e assimétrica.

É pertinente refletir sobre a natureza da relação pesquisador-pesquisado, a qual

é alicerçada nos termos metodológicos da denominada “Antropologia Clássica (Moderna)”. Ao considerar que na natureza da relação pesquisador-pesquisado (entrevistador-entrevistado) está o poder do primeiro sobre o segundo é importante atentar para a citação de Oliveira (2000, p. 23), a qual situa bem a posição do pesquisador nessa relação:

Penso que esse questionamento começa com a pergunta sobre qual a natureza da relação entre entrevistador e entrevistado. [...] No ato de ouvir o ‘informante’, o etnólogo exerce um poder extraordinário sobre o mesmo, ainda que pretenda posicionar-se como observador o mais neutro possível, como pretenda o objetivismo mais radical.

Ao perceber não ser possível a “neutralidade” em tais relações é pertinente afirmar que assimetria, hierarquia e “autoridade” são constantes e inelimináveis no “fazer antropológico”, desde os denominados clássicos aos pensadores mais contemporâneos.

Algumas situações de pesquisa sinalizam este fato, principalmente se observarmos os discursos dos “sujeitos que são observados” e que corroboram com esse ineliminável contexto assimétrico. Essas facetas de “autoridade” outorgadas ao autor se expressam em vários momentos da pesquisa, sendo o texto final sua maior expressão. A “autoridade” legitimada do autor no ato da escrita e o reconhecimento por aqueles que seriam os “interpretadores de primeira ordem” (GEERTZ, 1997) é exemplificada quando um interlocutor de Roberto Malighetti afirma “Roberto, você é que tem que dizer isso. [...] Como era, como não era [...]. Estás vendo essa roupa? Eu tenho de lavá-la e voltar pra casa [...] Você é que deve escrever o livro” (MALIGHETTI, 2007, p. 75).

As inquietações desse trabalho propõem exercícios de reflexão sobre “o pesquisar”, “o pensar”, “o escrever” e “o agir liminarmente” (ou ao menos tentar). Não se trata de simplesmente, por um lado, defender a “autoridade” do pesquisador em seu fazer etnográfico ou, por outro, propor desconstruir essa “autoridade”, visto que esta se manifesta em diferentes momentos e sob diferentes formas durante a pesquisa, mas de tentar qualificar os imponderáveis desse fazer específico (quem fala, de onde fala, sobre o que fala, pra quem fala, porque fala, etc).

Diante dessas considerações, há as “representações” primeiras do autor como um importante material a ser analisado (sobre os “dados de campo”, os “informantes”, as “praias desertas”, em fim, o “fazer antropológico”), o que significa dizer que há influências dessas “representações” sobre o que se observa e como os dados são produzidos.

O momento atual da antropologia, embebido nas reflexões da chamada Antropologia Interpretativa, não desmerece os méritos do rigor metodológico da Antropologia Clássica. Ericksen e Nielsen (2007, p. 178) relatam que o próprio Geertz (um dos mais expoentes pensadores da Antropologia Contemporânea) “achava que a geração mais jovem havia ido longe demais, e cunhou o termo “hipocondria epistemológica” para descrever a autocrítica excessiva que impedia as pessoas de realizar um bom trabalho etnográfico”. Isso já suas preocupações com as pretensões de superação paradigmática

Reconhecer a importância da subjetividade do pesquisador como um elemento constitutivo da investigação e da construção do saber e esmiúça-la não implica confinar a antropologia à experiência pessoal do pesquisador, nem a repartir a “autorida-

de etnográfica” com seus informantes, nem negar à disciplina seu específico estatuto de ciência, mas alimentá-la com um elemento ainda pouco reconhecido, a “autoridade” inerente na construção desse saber.

Atentar que a experiência do pesquisador é um dado antropológico não implica necessariamente pretender tornar simétrica a relação pesquisador-pesquisado. Percebo, entretanto, que há demandas e contextos nos quais exigem-se “hierarquia” e “autoridade” para possibilitar inteligibilidade. Ao problematizar a questão da “autoridade” que se coloca na relação pesquisador-pesquisado tenho a pretensão de evidenciar a necessidade de seu reconhecimento. Se, como coloca Bourdieu (1989, p. 111), para conhecer e necessário classificar, para classificar não seria necessária uma certa “autoridade” da parte do pesquisador?

À guisa de conclusão acrescentaria que a reflexão sobre a prática do pesquisador tem em si mesma seu potencial criador, numa disciplina que pode nem sempre levar a resultados que assegurem certezas estáticas, mas instauram inquietações construtivas.

O incentivo ao exercício reflexivo que desenvolvi, para além de qualquer “momento antropológico”, “escola”, “paradigma” ou “modelo” está na base da disciplina e da metodologia antropológica. Esta base (o “trabalho de campo” em antropologia, o “estar lá” como denomina Geertz, 2002, o “olhar diferenciado”) a distingue de outras ciências na medida em que o pesquisador não executa uma coleta de dados pura e simples, mas vivencia uma experiência que o afetando produz os dados sobre os quais se dará a reflexão. Sendo assim, o pesquisador é elemento constitutivo de sua própria produção, por isso é necessária uma vigilância constante e declarada, já que “a amplitude ou profundidade de tal experi-

ência dá ao trabalho de campo um significado especial, uma vez que o principal instrumento da pesquisa é o próprio pesquisador na consciência de si mesmo (ANDRADE, 2003, p. 04).

Finalizando, saliento que a discussão que tracei até então reconhece a existência de limites e desafios na pesquisa e na “razão científica”, em geral, e na “cientificidade” da disciplina antropológica, em particular, principalmente no que diz respeito ao “tornar evidente” as subjetividades do autor e percebê-la epistemologicamente. Todavia, é pertinente ressaltar que, parafraseando Oliveira (2000, p. 65), “continuo acreditando na razão e, para fazer eco às palavras de Habermas, diria que a modernidade ainda não se esgotou para começarmos a levar muito a sério essa pós-modernidade”.

NOTA SOBRE O AUTOR

Rodolpho Rodrigues de Sá é graduado e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. rodolpho.as@hotmail.com.

REFERÊNCIAS

AZANHA, Gilberto. *A Forma Timbira: Estrutura e Resistência*. 1984. 148 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Um analista do Inconsciente. In: SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 2001.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. *Territórios em confronto: a dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão*. São Paulo: Hucitec, 2002.

CROCKER, Willian H. *The Canela (Eastern Timbira): An ethnographic introduction*. Washington, DC: Smithsonian Press, 1990.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou com ter "Antropological Blues". In: NUNES, E. (Org). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. Individualismo e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a mo-

dernidade. *Mana*, Rio de Janeiro, v.6, n. 1, 2000.

ERIKSEN, Thomaz Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. *História da Antropologia*. Petrópolis: Vozes. 2007.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *CADERNOS de Campo*, n. 13, 2005.

FOLHES, Rodrigo Theophilo. *O Antropólogo como Nativo: etnografia sobre a produção do relacionamento etnográfico (Willian Crocker e os Ramkokamekra-Canela)*. 2004. 149 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GIDDENS, Antony. *Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e trélicas*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GIOBELLINA BRUMANA, Fernando. Sentidos de la antropologia, antropologia de los sentidos, Cádiz, Universidad, Servicio de Publicaciones, 2003. Resenha de: ANDRADE, Maristela Oliveira de. Mauss e a antropologia do significado. *Revista de Antropologia*, v. 48, n. 1, jan./ jun. 2005.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, v. 46, n. 2. São Paulo: USP, 2003.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Discipline and practice: the field as site, method and location in Anthropology. In: GUPTA, Akhil; FERGUSON, James (Eds.). *Anthropological*

locations: boundaries and grounds of a field science. Berkeley: University of California Press, 1997.

LEACH, Edmund Ronald. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

MACENA, João Marcelo de Oliveira. “**Isso é coisa de vocês**”: os índios Canela e a escola. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

MALIGUETTI, Roberto. **O Quilombo de Frechal: identidade e trabalho de campo em uma comunidade brasileira de remanescentes de escravos.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia.** 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Um diário no sentido estrito do termo.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, 1994.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo.** 2 ed. Brasília, DF: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. Sobre o Diálogo Intolerante. In: GRUPIONI, Luís Donisete, VIDAL, Luz Boelitz e FISCHMANN, Roseli (Orgs.). **Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Memória sobre as nações gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão: análise de algu-

mas tribos mais conhecidas: processo de suas hostilidades sobre os habitantes: causas que lhes têm dificultado a redução, e único método que seriamente poderá reduzi-las. In: _____. **Memórias dos sertões maranhenses.** São Paulo: Siciliano, 2002.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O Antropólogo e sua magia: Trabalho de Campo e Texto Etnográfico nas Pesquisas Antropológicas sobre Religiões Afro-brasileiras.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SILVA JUNIOR, Jonaton Alves da. **Awkê Revisitado.** 2006. Monografia (Curso de Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

SULLIVAM, Willian y RABINOW, Paul. El giro interpretativo. In: DUVIGNAUD, Jean (Ed.). **Sociologia del Conocimiento.** México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

Recebido em: 18.12.09

Aprovado: 22.06.10